

## A cobertura jornalística da Revista Veja sobre a crise energética brasileira<sup>1</sup>

Camila HARTMANN<sup>2</sup>

Lucas SCHAEFER<sup>3</sup>

Isabel Padilha GUIMARÃES<sup>4</sup>

Ada Cristina Machado da SILVEIRA<sup>5</sup>

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

### Resumo

O artigo aborda o discurso de Veja - a revista semanal de informação de maior circulação nacional sobre o posicionamento do Brasil na questão energética. As reportagens dizem respeito ao relacionamento do governo brasileiro com os demais países da América do Sul, no que se refere à usina hidrelétrica de Itaipu e ao gasoduto Brasil-Bolívia. A análise se deu a partir de quatro categorias: a dependência energética brasileira, o uso dos termos populismo e imperialismo, a posição discursiva de Veja frente aos acontecimentos narrados e a utilização de metáforas, verbais e imagéticas. A partir da metodologia utilizada - pesquisa qualitativa e análise textual (MORAES, 2003) -, observa-se a construção de um discurso que aborda o Brasil como um país dependente no cenário político atual, no que se refere à produção de energia.

**Palavras-Chave:** jornalismo; revista; crise energética; discurso; fronteira.

### Introdução

O Brasil, com sua dimensão continental, destaca-se, política e economicamente, pelo seu grande potencial energético. Neste sentido, grande parte da geração de energia elétrica advém por meio de usinas hidrelétricas, e aqui se destaca a de Itaipu, localizada no Rio Paraná, na fronteira entre Brasil e Paraguai. Sob a sombra de recentes problemas envolvendo o desabastecimento de energia, o país admite a importância de uma matriz energética diversificada, que se torne menos vulnerável a possíveis crises. Durante o segundo mandato do presidente Lula (2006-2010), a chegada de governos populistas ao poder em dois países, Bolívia e Paraguai, parceiros econômicos do Brasil, fez com que interesses brasileiros fossem ameaçados, trazendo a tona o medo de novos desabastecimentos.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, da Intercom Júnior – X Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação - 3º semestre de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de Santa Maria e Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. E-mail: camilahartmann@hotmail.com.br

<sup>3</sup> Estudante de Graduação - 3º Semestre de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria e Bolsista do programa Jovens Talentos para a Ciência JTCIC - Capes. E-mail: lucas-schaefer@hotmail.com

<sup>4</sup> Orientadora do trabalho. Professora e Bolsista de estágio pós-doutoral do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFSM. Bolsista DOCFIX – Capes/Fapergs. E-mail: isabelpadilha@yahoo.com.br

<sup>5</sup> Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisadora do CNPq. E-mail: adac.machadosilveira@gmail.com

O objetivo do presente trabalho é analisar como a revista *Veja*<sup>6</sup>, um veículo midiático com forte influência sobre o imaginário social brasileiro, constrói um discurso que aborda a posição do governo brasileiro diante do cenário de crise energética, no período compreendido entre os anos de 2006 e 2008, questionando a posição do Brasil como uma potência imperialista, frente aos demais países da América do Sul.

Na escolha do *corpus*, foram selecionadas duas matérias publicadas em 2006 e outras duas, em 2008. A matéria “Os líderes e o liderado” (Ed.1955, 10/5/2006) enfatiza o Brasil a partir de uma perspectiva de inferioridade, frente aos líderes latino-americanos Hugo Chávez, Evo Morales e Fernando Lugo, abordando o problema da dependência brasileira em relação ao gás natural boliviano. Neste sentido, a matéria “Morales ri do Brasil” (Ed.1981, 8/11/2006) aponta para a mesma direção, defendendo o descaso do governo brasileiro frente às decisões bolivianas de violar contratos internacionais no que se refere ao Gasoduto Brasil-Bolívia. A “Vitória do hidropopulismo” (Ed.2058, 30/4/2008) discorre sobre a proposta do então presidente paraguaio, Fernando Lugo, de renegociar os tratados bilaterais com o Brasil sobre a venda do excedente não utilizado de energia proveniente de Itaipu. E, por fim, a reportagem “Ameaças ao nosso gasoduto” (Ed.2078, 17/9/2008) reforça uma concepção do Brasil como um país dependente, no que se refere à energia, trazendo o risco provocado pela interrupção do fornecimento de gás boliviano ao Brasil. Estudadas em conjunto, as reportagens formam um encadeamento, através da temática relacionada à questão da crise energética brasileira e do questionamento do Brasil como um país imperialista, frente aos países da América do Sul.

## **Metodologia**

A metodologia utilizada será a da análise qualitativa e da análise textual discursiva. Através desse método, objetiva-se produzir novas informações, aprofundadas e ilustrativas, que nos permitam compreender o posicionamento do Brasil diante do cenário econômico-político internacional. Vamos nos centrar, portanto, na compreensão da dinâmica das relações sociais que envolvem o nosso país, a partir do caso da crise energética, exemplificado neste artigo.

Minayo (1996) argumenta que a pesquisa qualitativa trabalha com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Não podemos, desse modo, esgotar nossa pesquisa na análise de estatísticas ou dados numéricos. Neste caso, o cientista é, ao mesmo tempo,

---

<sup>6</sup> Conforme o site da Revista *Veja*, a tiragem semanal é de 1.139.702 exemplares. Disponível em: <http://www.publiabril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>. Acesso em: 9 jun. 2014.

sujeito e objeto de suas pesquisas. O trabalho é exercido a partir de um universo de significados e motivos, que nos levarão a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos sociais e das ações humanas.

Neste sentido, a análise textual qualitativa, segundo Moraes (2003), pode ser entendida como um processo auto-organizado de formação de compreensão em que emergem novos entendimentos, a partir de uma sequência recursiva-argumentativa, que se desenvolve em três etapas: a desconstrução dos textos do *corpus*, o estabelecimento de relações entre eles e a captação do novo emergente, em que se comunica e se valida a nova compreensão. Visto que “a análise qualitativa opera com significados construídos a partir de um conjunto de textos” (MORAES, 2003, p. 192), em que os materiais textuais (verbais ou imagéticos) constituem significantes, aos quais o analista atribui sentidos e significados, nos apropriaremos da análise textual a fim de identificar os mecanismos que envolvem a utilização de determinados termos, em detrimento de outros.

Neste método de análise, se faz, primeiramente, um desmembrar do texto, em unidades constituintes menores (processo de unitarização) que vão formar as categorias (processo de relação – entre os elementos significantes identificados na etapa anterior). Posteriormente, emerge uma compreensão renovada do texto (processo de captação do novo emergente) e, assim, se estabelecem as relações entre os procedimentos anteriores, a partir da construção e descrição do ciclo de análise (processo de auto-organização). A descrição das categorias é validada a partir da explicitação de interlocuções empíricas retiradas dos textos. A interpretação, neste sentido, surge como um processo indispensável à análise textual qualitativa, visto que se constitui na construção de novos sentidos, a partir das considerações do pesquisador, afastando-se do imediato da superfície textual, descrita nos resultados de análise.

Segundo Moraes (2003), o texto descritivo-interpretativo resultante da análise será, portanto, um metatexto, que “(...) representa um esforço em explicitar a compreensão que se apresenta como produto de uma nova combinação dos elementos construídos ao longo dos passos anteriores” (MORAES, 2003, p. 191). Neste artigo, as etapas de análise não serão discriminadas individualmente, contudo, estarão implícitas no decorrer do texto.

Esta análise irá se pautar a partir de quatro categorias, que serão observadas nas matérias e organizadas a partir da desconstrução do *corpus* em unidades significantes menores, por meio de um processo de comparação e contraste. Uma delas diz respeito à noção da dependência do Brasil em relação à energia, outra se refere aos termos

“populismo” e “imperialismo”, bastante recorrente nas reportagens. Abordaremos ainda, a posição discursiva de *Veja* frente aos acontecimentos narrados e a utilização de metáforas, verbais e imagéticas.

A partir da análise das matérias, percebemos o questionamento e crítica, por parte da revista *Veja*, sobre a posição adotada pelo governo brasileiro em relação à crise energética e a consequente perda da sua posição como um país imperialista na América do Sul, por meio do uso de termos como “dependência”, “liderado”, “ameaças” e “crise”.

*Veja* é produtora de um discurso, legitimado socialmente, que se diz imparcial, mas que, de fato, não é. Em diversos trechos das matérias percebemos o posicionamento do veículo frente aos fatos. Neste sentido, Moraes (2003) argumenta que os seres humanos são constituídos pela e na linguagem, de modo que não podemos sair dela para observar, de modo neutro, um fenômeno. Por isso, imparcialidade e objetividade, atualmente, são consideradas mitos do discurso jornalístico.

O discurso jornalístico, assim como os demais, é construído a partir de textos preexistentes, uma vez que todo texto é híbrido ou heterogêneo quanto à sua enunciação, visto que é sempre um tecido de vozes, cuja autoria é identificável ou não, vindas de outros textos. Assim, conforme Moraes (2003), devido ao seu caráter polissêmico, um mesmo texto (tomado como conjunto significante) permite uma multiplicidade de leituras (distintos significados e sentidos atribuídos pelos leitores), no que diz respeito às intenções dos autores e aos referenciais teóricos, conscientes ou inconscientes, dos interlocutores empíricos que são postos em jogo no evento comunicativo.

Em jornalismo, a heterogeneidade enunciativa manifesta-se, dentre outras formas, a partir das fontes das quais o redator se apropria para construir e legitimar seu relato. Os preceitos da objetividade e imparcialidade exigem que o jornalista atribua a alguém as informações imbuídas de julgamentos de valor. Como se perceberá na análise, o veículo aqui referenciado, muitas vezes lança mão deste recurso.

Neste contexto, podemos traçar um paralelo com o sentido conotativo e denotativo, presentes em um texto, descritos por Hall (apud MORAES, 2003). Ambos são compreendidos como modos de significação, ou seja, possíveis leituras que se depreendem de uma matéria significante, um texto, realizadas pelos leitores, a partir de seus conhecimentos e teorias, dos discursos em que estão inseridos. A leitura denotativa é também compreendida como leitura do manifesto ou explícito e pode ser entendida a partir das interpretações, emergentes de um texto, e que podem ser facilmente compartilhadas,

entre diferentes leitores. O nível conotativo, por sua vez, também denominado leitura do latente ou implícito é aquele tipo de interpretação aprofundada, não compartilhada com facilidade pelos leitores. Assim, os significantes de conotação (ou conotadores) são aqueles elementos que, no texto, nos levarão a uma interpretação que se superpõe ao sentido literal das palavras e/ou significantes. As metáforas, presentes nas matérias analisadas, podem ser compreendidas como elementos que nos conduzem à atribuição de um sentido que difere do sentido imanente aos textos, conotado, portanto.

### **A crise energética brasileira no caso do gasoduto Brasil-Bolívia**

No que se refere ao imperialismo baseado na teoria da razão do Estado, Bobbio (2007) o aponta como aquele que defende que medidas de expansão nacional estão diretamente ligadas à anarquia do sistema internacional. Esta anarquia prevê a lei da força como suprema nas relações entre os Estados, cabendo a cada país a responsabilidade de se proteger da invasão externa, seja ela de cunho político, militar ou econômico.

O imperialismo referido nas matérias de Veja, por sua vez, caracteriza o modo pejorativo com que o termo é visto nas relações internacionais, no qual um país mais desenvolvido economicamente se instala em outro para expandir a soberania além de suas fronteiras, buscando interesses econômicos em detrimento do país subjogado.

A fim de promover a contextualização dos fatos, tem-se que Evo Morales, em seu centésimo dia como presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, nacionalizou, por meio do Decreto Supremo 28.071, as reservas de petróleo e gás natural do país, juntamente com a ocupação, por parte do exército, do maior campo de extração do gás boliviano e a refinaria da Petrobrás, em San Alberto.

As relações de comércio com a Bolívia tornaram-se importantes após a construção do Gasoduto Brasil-Bolívia, que possui 3.150 quilômetros de extensão e que teve suas operações iniciadas em julho de 1999. Entre os objetivos deste projeto estava a diversificação da matriz energética brasileira, tornando-a menos sensível a possíveis crises que poderiam comprometer o abastecimento de energia.

Como apresentada nas reportagens analisadas, a nacionalização dos hidrocarbonetos por parte do governo boliviano já era prevista antes mesmo da eleição do então candidato Evo Morales. A crença dos bolivianos nas propostas de governo de Morales estava fortemente baseada nessa política nacionalista, que manteria as riquezas naturais sob administração da estatal boliviana Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB). A

empresa passou a comandar a comercialização do recurso, estipulando novos preços para o mercado externo e revisando os contratos para satisfazer interesses bolivianos.

No Brasil, cresceram as preocupações da população a respeito de um possível desabastecimento do gás natural importado. A resposta da Petrobras para tentar amenizar o pânico dos empresários e investidores foi de respeitar a nacionalização das reservas bolivianas como direito do país e, ao mesmo tempo, suspender novos investimentos no país vizinho, apresentando rapidamente ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) novas estratégias para exploração do recurso em território brasileiro, visando diminuir a dependência dos recursos bolivianos.

Na matéria “Ameaças ao nosso gasoduto” (Ed.2078, 17/9/2008), a revista Veja constrói um discurso de Evo Morales como um membro “fiel ao manual populista”, por meio do uso da expressão “desmandos populistas”, na manchete que introduz a matéria. Ademais, aponta a dependência nacional com relação ao gás boliviano, utilizando termos como “crise de abastecimento” e “custo da dependência”. A matéria utiliza o vocábulo “populismo”, ao tratar das relações entre Brasil e Bolívia e das decisões tomadas por ambos os países. Contudo, observou-se que o veículo não conceitua o termo. A exploração dos recursos bolivianos por parte de indústrias brasileiras foi assegurada por acordos internacionais assinados por ambas as partes, de modo que o Brasil não desrespeitou a soberania boliviana. Além disso, a Bolívia estava perdendo mercado para o gás antes dos acordos com o Brasil, de modo que havia vantagens econômicas para os dois países na assinatura do acordo.

O imperialismo, por sua vez, aparece, no texto da matéria, como justificativa para uma possível rachadura criada por Evo Morales, que, segundo Veja, utilizaria-se de uma “política deletéria”, dentro de seu país, em decorrência da decisão da nacionalização do gás. A expulsão do embaixador americano por Hugo Chávez, no dia 11 de julho de 2008, é apresentada como uma manifestação de solidariedade ao presidente boliviano, que também adotou o governo americano como bode expiatório. A reportagem conclui, apoiando-se em notícias vindas dos Estados Unidos (a matéria não especifica o veículo), que ambas as autoridades utilizaram-se deste método para desviar as atenções das revelações sobre crimes cometidos por seus aliados políticos. O confronto também se faz presente na imagem abaixo (Fig.1), na qual se observa militares enfrentando moradores de Santa Cruz de la Sierra, e no mapa ilustrado.



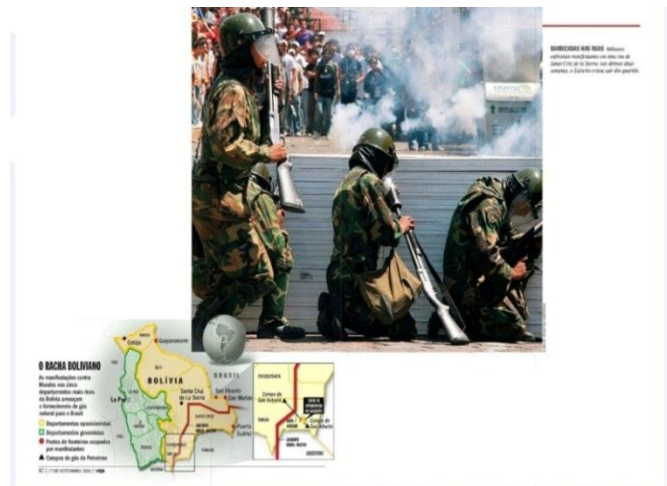


Figura 1: foto e mapa ilustrado contidos na matéria “Ameaças ao nosso gasoduto”, de Veja.  
 Fonte: www.veja.com (Ed.2078, 17/9/2008)

Neste caso, a posição discursiva aparece quando a revista aponta - sem se apropriar de discurso alheio - a Bolívia como um lugar sem relevância internacional, mas que, em virtude da dependência energética brasileira, se torna importante para o nosso país. Além disso, é elaborado um juízo acerca da decisão da Petrobras em aceitar os contratos desfavoráveis. Estes são apontados como uma consequência da atitude do governo Lula que “preferiu colocar panos quentes” – metáfora que conota um descaso do governo brasileiro frente à decisão do presidente Morales – em relação à atitude do governo boliviano, em 2006, quando Evo Morales decidiu pela nacionalização do gás. A matéria constrói uma imagem negativa da Bolívia, apontando-a como um “país onde bastam dez pessoas, dois pneus e um pouco de gasolina para interromper o fluxo de uma estrada (...)”, conduzindo a uma interpretação de que, em um país onde é relativamente fácil manifestar-se contra determinado evento, os bloqueios se multiplicam. Ademais, o veículo atribui a culpa da crise no abastecimento à ideologia ultrapassada do presidente boliviano.

A linguagem utilizada pelo veículo, que aponta a visão dos fatos para um determinado viés, – o de questionar a posição do Brasil como uma potência imperialista em relação aos outros países da América do Sul – também pode ser vista na matéria “Morales ri do Brasil” (Ed.1981, 08/11/2006). A foto do líder venezuelano rindo (Fig.2) e os vocábulos “zombaria” e “deboche”, em trechos destacados, fortalecem essa posição, exemplificada também no próprio título, construído sob uma perspectiva metafórica. Outra metáfora utilizada pelo veículo é o “contrato enfiado pela goela abaixo da Petrobras”, quando esta se viu obrigada a acatar as decisões do presidente boliviano. Por meio do uso de expressões

como “a estatal brasileira teve de aceitar” e “a Petrobras e outras empresas estrangeiras não tinham opção (...)”, constrói-se um texto que conota o fato de a Petrobras não ter outra escolha, senão a de ceder aos desrespeitos do governo de Evo Morales, “que já é notório”. Para legitimar seu discurso, a revista traz o relato de diversas fontes, como consultorias ligadas às relações internacionais ou ao mercado petrolífero.



Figura 2: Matéria “Morales ri do Brasil”, de Veja.  
Fonte: www.veja.com (Ed.1981, 08/11/2006)

A linguagem parcial transparece, também, quando se impõe um julgamento de valor, ao afirmar que Morales desconsidera a importância das refinarias para o Brasil. Tal posicionamento é perceptível no texto que acompanha a fotografia do presidente: “Morales: em tom de zombaria, disse que refinarias não são nada para o Brasil”. A abordagem se dá no sentido da incompreensão, por parte do presidente boliviano, de que a Petrobras pertence ao povo brasileiro, e não ao presidente Lula. Além disso, na mesma matéria, observa-se mais um julgamento expressado no trecho “os contratos aceitos pela Petrobras – e outras nove petrolíferas estrangeiras - no fim do mês passado não são exatamente o que Morales prometeu aos seus eleitores nacionalistas em maio. São ainda melhores”.

Visando elaborar uma contextualização dos fatos, infere-se que as consequências de uma instabilidade militar entre os dois países (Brasil e Bolívia) seriam desgastantes para ambos, com a possível participação de outros atores no contexto da crise - como a Venezuela, que também apresenta grandes interesses econômicos na Bolívia e tinha, no comando do país, Hugo Chávez, grande parceiro político do presidente boliviano. Além disso, se analisada pelo contexto econômico, existiam duas razões que justificavam a posição brasileira frente à crise.

A primeira delas corresponde a um princípio dos economistas clássicos conhecido como Teoria das Vantagens Comparativas, abordado por Brue (2006), na qual cada país



apresenta certas vantagens na fabricação de determinado produto, focando-se na sua produção e importando aqueles que necessitam um maior número de recursos para serem produzidos. Nesse caso, seria mais vantajoso para o Brasil continuar comprando o gás boliviano mesmo com a elevação do preço desse combustível ao invés de efetuar grandes investimentos para sua autossuficiência no curto prazo. O segundo motivo está diretamente relacionado à balança comercial entre ambos os países. O aumento do preço do gás levou, conseqüentemente, à elevação do valor das importações provenientes da Bolívia. Entretanto, com a maior entrada de capital estrangeiro no país, a Bolívia também passou a importar mais produtos oriundos do Brasil, com a vantagem brasileira de exportar produtos manufaturados enquanto importa o gás natural que apresenta um menor valor agregado.

Desta forma, o Brasil não provocou uma desestabilidade política e militar na região e aumentou a exportação da produção industrial brasileira. A questão relacionada à seguridade dos contratos de investimentos na Bolívia ficou abalada, com a Petrobras apenas mantendo os investimentos já realizados anteriormente e realizando projetos que viabilizem uma maior exploração do recurso energético em solo brasileiro.

A aparente neutralidade do então presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, foi questionada neste período de crise. A opinião de muitos veículos de mídia era a de que o Brasil devia ter apresentado um posicionamento mais veemente quanto às decisões bolivianas de violar contratos internacionais. Segundo as reportagens, o governo brasileiro deveria não só se mostrar mais enérgico em relação às questões que envolvem o Gasoduto Brasil-Bolívia, como também no que se refere às questões político-econômicas em torno da usina de Itaipu e da matriz energética petrolífera.

A matéria “Os líderes e o liderado” (Ed.1955, 10/5/2006) mostra a figura do ex-presidente Lula, minimizada, à direita da página, conotando o sentido de nosso país como um “liderado” e não “o que lidera”, ao passo que os outros três presidentes, considerados da esquerda latino-americana (Hugo Chávez, Fidel Castro e Evo Morales) adquirem posição de leitura privilegiada e enaltecida, localizados no lado esquerdo da página (Fig.3). Além disso, os infográficos presentes e o uso de vocábulos como “pobre Lula”, “a conta da dependência”, “Autossuficiência? Não no caso do gás” e “Brasil independente da Bolívia – cenário de médio e longo prazo” auxiliam a construção do imaginário do Brasil como um país (ainda) dependente da questão energética (ver Fig.4). Tal afirmação se delineia a partir do fato de que, mesmo contando com a Petrobras – empresa estatal de economia mista, visto que o acionista majoritário é o Governo do Brasil – e a maior usina hidrelétrica do

mundo em geração de energia, o Brasil ainda precisa comprar energia de outros países, como Paraguai e Bolívia.



Figura 3: Páginas iniciais da matéria “Os líderes e o liderado”, de Veja.  
 Fonte: www.veja.com (Ed.1955, 10/5/2006)



Figura 4: infográfico e mapa ilustrado contidos na matéria “Os líderes e o liderado”, de Veja.  
 Fonte: www.veja.com (Ed.1955, 10/5/2006)

Na matéria acima referida, a postura adotada pelo ministro de Hidrocarbonetos da Bolívia, Andrés Soliz Rada, é criticada no sentido de que “seria mais sensato e honesto se agradecesse à contribuição da Petrobras ao desenvolvimento boliviano” do que se continuasse proferindo negativas sobre a Petrobras e a necessidade de bani-la do território boliviano. Além disso, é exposta ao leitor a visão da América Latina como um conjunto caótico formado por países que desrespeitam as leis e que, por isso, pode se tornar uma área pouco atrativa aos investimentos externos. Assim, se traz a existência do perigo de uma nova geografia do populismo latino americano, onde “o que ficará na memória dos investidores internacionais é o alerta para evitar uma região sem lei e sem ordem, onde os

contratos são desrespeitados” e a América Latina segue sendo uma exportadora de matéria-prima. Ao mesmo tempo, se reafirma, por parte da revista, a aversão boliviana à Petrobras e, conseqüentemente, ao imperialismo brasileiro.

O que transparece é que se procura justificar tal posicionamento, ao inferir que a empresa teria se tornado, para os bolivianos, um “(...) protótipo da empresa exploradora dos recursos que deveriam salvá-los da miséria”, postulando, assim, que Morales atribui ao imperialismo brasileiro a culpa pela pobreza boliviana. Ademais, aponta como mais um possível motivo da aversão, o reflexo do gigantismo brasileiro, “(...) que suscita temor entre os vizinhos menores”. Neste sentido, apesar de, em diversos momentos, questionar a posição imperialista do Brasil, frente aos companheiros latino-americanos, com esta expressão, a revista reconhece o poder e/ou influência que o país exerce sobre os demais vizinhos – que nos temeriam. O discurso se legitima a partir da frase proferida por um diplomata brasileiro, referida na matéria: “quem dorme ao lado do elefante teme ser pisoteado”.

Nesta reportagem, encontramos várias metáforas, que direcionam a compreensão dos fatos. Uma delas se faz presente já na capa da edição (Fig.5), que traz uma imagem do presidente Lula com uma “pegada” de petróleo na parte posterior das calças, como se este tivesse, literalmente, sido chutado. Tal figura traz na sua chamada o “roubo do patrimônio brasileiro” – por parte da Bolívia; ou, ainda, ao desconhecimento, por parte do presidente brasileiro, das decisões tomadas em conjunto pelos demais governantes latino-americanos, Chávez, Morales e Castro. O uso de termos como “essa doeu” e “bobo da corte” (referindo-se ao presidente) reforçam tal posicionamento. No corpo da matéria também encontramos a expressão “chute no traseiro”, “engoliu o desaforo” (referindo-se a atitude de Lula frente à decisão boliviana de nacionalizar o gás), “fantoche” e “discípulo” (no que diz respeito à Evo Morales ser um fiel seguidor dos princípios chavistas). Algumas imagens ao longo da reportagem são construídas metaforicamente: a figura caricaturada de Lula (Fig.6), manchado de petróleo, aliado ao termo “nacionalizado”, como se tivesse sido tomada do Brasil a propriedade sobre o recurso e a marca do calçado sujo de petróleo (Fig.7).



Figura 5: capa da revista, que faz referência à matéria “Os líderes e o liderado”, de Veja.  
Fonte: [www.veja.com](http://www.veja.com) (Ed.1955, 10/5/2006)



Figura 6: caricatura presente na matéria “Os líderes e o liderado”, de Veja.  
Fonte: [www.veja.com](http://www.veja.com) (Ed.1955, 10/5/2006)



Figura 7: figura contida na matéria “Os líderes e o liderado”, de Veja.  
Fonte: [www.veja.com](http://www.veja.com) (Ed.1955, 10/5/2006)

### A usina hidrelétrica de Itaipu no contexto da crise energética brasileira

A questão energética também está presente na relação do Brasil com o Paraguai, no que diz respeito à usina hidrelétrica de Itaipu. Em agosto de 2008, ascendeu ao cargo de presidente da República do Paraguai, Fernando Lugo. Utilizando estratégias de campanha semelhantes as do presidente da Bolívia, Lugo prometeu ao eleitorado paraguaio a revisão dos tratados bilaterais com o Brasil sobre a venda do excedente não utilizado da energia proveniente de Itaipu.

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional no Rio Paraná, na fronteira entre Brasil e Paraguai, durante as décadas de 1970 e 1980, foi inteiramente custeada pelo Brasil. Entretanto, cada país teria direito à metade da produção energética que ela forneceria. Na época, o tratado firmado estabelecia que o excedente não utilizado por um dos países somente poderia ser vendido ao outro. O Paraguai utiliza apenas 5% do que tem direito, assim os 45% restantes deveriam ser revendidos ao Brasil por um valor de US\$ 120 milhões ao ano. Desde 2009, com a revisão dos acordos, o Brasil passou a pagar o valor de US\$ 360 milhões ao ano pela energia comprada do Paraguai. Esse valor ainda é muito inferior ao de mercado, já que a diferença serve para abater a dívida paraguaia sobre a construção da usina. O prazo para pagamento desta dívida é 2023, quando o Paraguai será coproprietário da usina com valor de mercado estimado em mais de US\$ 60 bilhões e o Brasil pagará pelo excedente não utilizado pelo Paraguai em torno de US\$1,5 bilhão anualmente.

As reivindicações paraguaias advindas do novo momento político no país, que saiu de um período marcado por 60 anos do partido Colorado no poder, visavam à maior entrada de capital para melhorias na qualidade de vida da população. Porém, os acordos são justos para ambos os países, trazendo benefícios para as duas partes. A diferença se dá no momento político dos sócios. O Paraguai só poderá utilizar todas as vantagens da usina após o pagamento da dívida e, enquanto isso, precisa administrar o que recebe da melhor forma possível. Desde a ascensão do presidente Lula, em 2003, várias foram as medidas para correção de inflação e isenção de algumas tarifas que beneficiaram os paraguaios.

Diferentemente do que a reportagem da Veja – “Vitória do hidropopulismo” (Ed.2058, 30/4/2008) - afirma, de que antes mesmo de Lugo assumir a presidência, parecia que uma luta de interesses estaria prestes a começar e o Brasil deveria se preparar para não sair perdendo, a verdade é que ambos os países só têm a ganhar com Itaipu, pois ela é um grande marco na integração bilateral entre Brasil e Paraguai. Dessa forma, a revista exerce influência sobre o imaginário social, conformando uma posição contrária, referente às alterações nos acordos da Itaipu, o que, de fato, não se efetivará. Após diversas reuniões entre os presidentes dos dois países, o comunicado publicado em 2009, ao término das negociações, que instauraram as mudanças nos acordos, pretendia atualizar as relações de forma realista e pragmática, se baseando em princípios como solidariedade, sem preconceitos ou paternalismos.

A expressão “hidropopulismo” – presente na matéria acima referenciada -, nos remete ao termo “petropoulismo”, que diz respeito à manutenção da dependência do cidadão ao Estado e da renda externa ao petróleo, utilizada pela revista ao referir-se ao presidente da Venezuela, Hugo Chávez. É apresentado um infográfico que, apesar de no texto referir-se ao ex-presidente do Paraguai, Fernando Lugo, como “menos populista”, na fotografia, o iguala aos demais presidentes da esquerda latino-americana, denominados de populistas, porque a sua posição na imagem está localizada ao lado de outros três presidentes: Evo Morales (Bolívia), Hugo Chávez (Venezuela) e Rafael Correa (Equador) (ver Fig.8). Nesse contexto, Veja discorre sobre os indícios pelos quais “será mais fácil para a política externa brasileira lidar com Lugo do que com Morales ou Chávez” ou, ainda, sinais que podem nos levar a pensar que “Lugo pode incomodar menos que outros colegas populistas da América Latina”.





Figura 8: Matéria “Vitória do hidropopulismo”, de Veja.  
 Fonte: www.veja.com (Ed.2058, 30/4/2008)

A relação do presidente paraguaio com os demais líderes latino-americanos se expressa, ainda, de outras maneiras no corpo do texto: apresenta o bispo católico Fernando Lugo, como um candidato que, durante a sua campanha, quis provar que não seria um governante ao estilo populista, como Chávez e/ou Morales. Ademais, aponta como elemento que une a retórica de ambos, as riquezas naturais como solução para as mazelas de seus países, sem que estas sejam exploradas por estrangeiros – segundo a matéria, os exploradores, neste caso, seriam nós brasileiros. Qualifica como “mito absurdo” (a localização do Rio Paraná na fronteira entre Brasil e Paraguai) a justificativa que levou o presidente paraguaio a reivindicar um aumento no preço a ser pago pela energia. Ao apontar a posição de desvantagem do Brasil frente ao novo acordo, traz como fonte o cabo eleitoral de Lugo e membro do grupo Tekojoja, Jorge Galeano – que seria “especializado em fazer passeatas contra o imperialismo brasileiro” – além de utilizar expressões como “detalhe: a construção da Itaipu foi integralmente paga pelo Brasil” e “sentimento antibrasileiro” (ao se referir aos presidentes paraguaio e boliviano).

A matéria faz menção ao fato ocorrido em 2006, já referenciado anteriormente, quando Morales expropriou refinarias da Petrobras e reforça os problemas que as políticas populistas de Lugo, semelhantes, em alguns aspectos, as do presidente venezuelano, poderiam causar ao Brasil. Segundo a revista, com Fernando Lugo, “(...) o Itamaraty enfrenta um novo teste na defesa dos interesses brasileiros”, pelo qual já passou há dois anos, com Evo Morales. Por fim, Veja conota ao recém-eleito presidente paraguaio certa aura revestida de mistério. Utilizando-se de um ditado popular paraguaio (“um manco só se revela quando anda”), a revista cita que, tal qual o manco, o bispo católico também se mostrará apenas quando começar a governar. Assim, destarte os vários apontamentos feitos



sobre as ações e/ou políticas passíveis de adoção por Lugo, em comparação aos demais líderes latino-americanos, a reportagem é concluída sob uma perspectiva de dúvida quanto ao futuro de seu governo.

### **Considerações finais**

Buscou-se compreender o contexto do processo de construção da imagem do Brasil como um país dependente da questão energética, no atual cenário político internacional. A partir da análise das matérias é possível compreender o posicionamento de um veículo midiático de grande circulação nacional, a revista *Veja*, frente à crise energética brasileira.

O *corpus* de análise, que engloba quatro matérias publicadas em um período de dois anos (2006 a 2008), reforça uma visão crítica em relação ao Brasil como uma potência imperialista e econômica, diante dos demais países latino-americanos.

Observou-se a contextualização de temas abordados nas matérias, que tinham como denominador comum a crise energética brasileira: as relações do Gasoduto Brasil-Bolívia e a Usina hidrelétrica de Itaipu. Através da análise textual discursiva e qualitativa, identificou-se a utilização de determinados termos, pela revista, que contribuem para a construção da imagem do Brasil como um país dependente energeticamente. A revista, por meio de seus textos, montagens fotográficas e infográficos marca uma posição contrária em relação às tomadas de decisão do governo brasileiro sobre a questão energética. Para isso, se utiliza, por exemplo, de metáforas que ridicularizam o ex-presidente Lula e outros governantes latino-americanos.

### **Referências bibliográficas**

BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 2007.

BRUE, S. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

MINAYO, M. C. S (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.